

Periferia e Espaços Periféricos: Notas Gerais

Periferia y Espacios Periféricos: Notas Generales

Leandro da Silva Guimarães

Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: leandrosilvagui@gmail.com

Recebido: 10 de agosto de 2015 Aceito: 21 de julho de 2016
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - O texto busca analisar a desigualdade social no Brasil por meio do processo de espacialização dessa mesma desigualdade, nesse sentido, ele analisa, arranhando as margens do que se convencionou chamar de modelo de urbanização brasileiro e de como esse mesmo modelo produziu metrópoles gentrificadas e excludentes. Assim, o texto busca discutir a exclusão urbana brasileira por meio da consolidação daquilo que se convencionou chamar de espaços periféricos, ou de modo mais genérico, de periferias.

Palavras-chave: Urbanização; Periferia; Desigualdade; Território.

Resumen - El texto busca analizar la desigualdad social en Brasil a través del proceso de espacialización de la desigualdad, analizando de manera superficial lo que se conoce como el modelo de urbanización brasileña y cómo este mismo modelo producido ciudades gentrificadas y exclusivo. Así en el texto se discute la exclusión urbana del país a través de la consolidación de lo que se ha convenido en llamar las zonas periféricas, o más también, de periferias.

Palabras clave: Urbanización; Periferia; Desigualdad; Territorio.

Periferia e Espaços Periféricos – Uma Releitura

Na literatura construída nas décadas de 1970 e 1980 sobre o urbano no Brasil, as periferias urbanas situadas nas metrópoles eram geralmente descritas como “o urbano possível” para as classes trabalhadoras.

A periferia¹ seria então o resultado de um processo dual de construção do espaço: a chamada relação “centro-periferia” é a expressão mais acabada desse movimento. O **centro** seria o nexo aglomerativo de todas as benesses do eldorado urbano. As metrópoles seriam espaços estanquizados, marco da segregação sócio-espacial; a centralidade concentraria o emprego, os equipamentos urbanísticos mais modernos e as funções centrais de direção da vida urbana. A **periferia** seria resultado do crescimento do espaço metropolitano, gerado pela ação localizada de um amplo leque de agentes privados e pela ação deficitária do Estado. Esses espaços nasceram desse duplo movimento e caracterizam-se geralmente por um decréscimo nas condições de vida das classes ditas populares.

Haveria nesses espaços um problema de acessibilidade: eles seriam por excelência espaços do não acesso ao urbano, segregados e socialmente distantes².

Nas décadas de 1970 e 1980 havia quase um acordo teórico sobre esse *capitus diminutius*, que caracteriza as incipientes condições sociais das periferias. De acordo com alguns autores isso era produzido pela total ausência de investimentos públicos nesses espaços, relacionados a condições mais estruturais do avanço do modo de produção

capitalista no Brasil. As condições de vida das periferias estariam ligadas às dinâmicas mais gerais do processo de acumulação em escala ampliada.

O Estado era considerado o ator principal e o agente propagador da reprodução da dinâmica do capitalismo. As políticas públicas do Estado no urbano muitas vezes legitimavam o modelo de acumulação e a própria sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, eram fundamentais para a reprodução das relações de produção, ajudando a reproduzir a força de trabalho social e biologicamente.

No Brasil, o capitalismo possuía e possui feições selvagens representadas por vários processos que têm no Estado a peça chave de sua organicidade. O Estado é o provedor dos insumos básicos à expansão industrial, é ele que através do investimento em infra-estrutura financia em longo prazo a expansão capitalista. Na sua ação ele também tem como encargo financiar a reprodução da força de trabalho, fornecendo o mínimo, o básico de meios de consumo coletivo. É claro que um grande quantitativo de investimentos é direcionado e inflacionado na dinâmica acumulativa em detrimento das necessidades da força de trabalho, a espoliação urbana é a peça chave e saída para essa situação excludente.

A moradia, nesse sentido, irá aparecer como a materialização do valor de troca, encenada e insuflada por um coeficiente especulativo. A demanda dita solvável é a peça preferencial dos investimentos, o financiamento em geral (ainda) é concedido àqueles que podem pagar o preço fixado pelo especulativo mercado habitacional.

O grande montante da população, muitas vezes, não possui condições de pagar o valor elevadíssimo das prestações e, quase sempre, não é cogitado pelas linhas de financiamento. O resultado é um processo discricionário de aquisição de moradia, do abrigo, no qual as camadas populares têm como alternativa viável de sobrevivência a ocupação por lotes e a autoconstrução nas periferias das cidades.

A periferia, em sua forma, é resultado de ação pulverizada de uma variabilidade de agentes privados, que ao agirem dão origem aos chamados loteamentos populares. Estes surgem através das estruturas geradas pelos mecanismos espoliativos urbanos que impulsionam os agentes sociais precariamente incluídos nos circuitos superiores da economia e da política a produzirem seu próprio espaço.

O espaço da periferia, assim, é forma e conteúdo, fixos e fluxos, no qual as esferas do vivido e do concebido não se encontram dissociadas, antes se misturam e se interpenetram na realidade cotidiana daqueles que nela vivem. Nessa paisagem a “ausência” é a marca e a inventividade, a norma.

A periferia, então, é o produto de uma lógica cruel e segregadora, uma lógica baseada na exclusão da urbe, criada e recriada a partir dos mecanismos especulativos sobre o solo, sobre a propriedade fundiária, que exclui e (re) inclui os indivíduos dentro de uma urbe estanquizada e precária. Mas que lógica é essa? Quais são os princípios que a geram, como ela é produzida e (re) produzida?

Como já é sabido, o processo de acumulação capitalista no Brasil produziu um grande quantitativo de excedentes concentrados. Essa grande soma de capital apropriado pela classe dominante brasileira foi “investido” na chamada aquisição de terras e também na produção e reprodução de capital propriamente dito.

Isso porque a terra, mesmo inculta, já havia adquirido um valor, o solo havia se transformado em espaço devido ao avanço das forças produtivas e da própria produção capitalista. O solo tornou-se capital, passou a possuir um valor de troca, já que se encontrava e ainda se encontra monopolizado e imobilizado nas mãos de poucos, elevando assim o valor da renda fundiária e a especulação imobiliária, irmãs siamesas.

Nesse processo, o Estado tornou-se o elemento fundamental no interior dessas lógicas. É ele que em certa medida permite que elas se realizem, dando vazão para que os mecanismos da especulação imobiliária se dêem. Ele é o responsável pelo provimento de boa parte das infra-estruturas necessárias ao ordenamento do território da cidade. Através de sua ação, o preço do solo urbano se cria e se recria.

Sempre que o poder dito público provê alguma melhoria ou benesse a alguma área da cidade, linhas de ônibus ou serviço de esgoto, por exemplo, ele cria alguma demanda extra para a área em questão, a valoriza em relação a outros espaços da urbe, levando a essa área empresas e moradores que antes se localizavam em outras áreas. A procura aumenta, e a área se encarece. A valorização do solo nessa nova área atrai moradores que possuem uma renda mais elevada, famílias mais abastadas que se dispõem a pagar mais caro pelo direito de usar e de usufruir o espaço. Os moradores mais antigos se vêem obrigados a ter que pagar mais caro pelo uso do solo ou se deslocar para áreas de custo zero, geralmente áreas desprovidas dessas infra-estruturas, que ao contrário de beneficiar aos pobres, como podemos ver, acabam prejudicando-os.

O preço do solo então é muitas vezes determinado pela ação do Estado e é por meio da ação deste que a especulação sobre a terra encontra vigor e força. Os especuladores muitas vezes se antecipam a ela e muitas vezes a geram e coordenam.

Está claro, pelo que foi dito, que aos pobres é vedado o direito à cidade e aos serviços urbanos. A valorização destas áreas os expulsa para cada vez mais longe, a propriedade privada do solo e a sua transformação em mercadoria especulativa os desloca para áreas sempre próximas ao custo zero; os serviços urbanos concentram-se e se distribuem sempre nos nexos centrais da urbe e encontram-se sempre disponíveis às categorias sociais que conseguem pagar pelo seu uso. Quanto menor a renda, o capital político e relacional da população, maior será a escassez desses recursos.

O mercado imobiliário é o grande responsável por esse desnível sócio-espacial, na medida em que a escassez desses recursos urbanos provoca uma procura excessiva por áreas que o possuem, acarretando uma valorização diferencial do espaço, que é leiloado pelo mercado imobiliário, sendo vencedores desse leilão aqueles que podem e estão dispostos a pagar o preço máximo pelo uso desses espaços.

Os Loteamentos Populares

O processo histórico de produção desses loteamentos tem como ponto inicial a própria estruturação do modo de produção capitalista no Brasil e o seu posterior amadurecimento.

O loteamento de periferia se fez como a forma dominante de moradia e habitação para as classes trabalhadoras. No Brasil, o processo de crescimento dos loteamentos e a aquisição de lotes pelos proprietários obedeceram a uma série de prescrições conjunturais peculiares do desenvolvimento e da situação da economia brasileira. Nesse sentido, Luciana Corrêa Lago (2003, p. 9), nos diz:

Dois critérios correlacionados servem para definir um assentamento popular como “loteamento” independente de sua situação jurídica: a compra do lote, portanto, a existência do mercado e a presença de um agente econômico – o loteador – responsável pelo empreendimento. Grande parte dos loteamentos populares no Rio de Janeiro foi implantada por agentes descapitalizados que realizavam a operação por etapas sem investir previamente grandes somas dos recursos. Deste universo, parte significativa tornou-se “regular” e entre os loteamentos que permaneceram ilegais, parte entrou na categoria “irregular” [...] e parte na categoria clandestina. Quanto à forma de comercialização, a prática era, até o início do processo inflacionário mais acelerado na década de 80, a venda dos lotes através de prestações pré-fixadas.

[...] No entanto, começaram a se difundir nos anos 90 novas formas de aquisição dos lotes pelas camadas de baixa renda, onde o loteador passou a ter o papel de gerenciador do processo de ocupação ilegal de uma gleba a ser apropriada por um grupo de pessoas. Há um “acordo” entre o loteador e os futuros moradores no que se refere à não-titulação da propriedade e do não cumprimento das exigências urbanísticas.

Os loteamentos então são dirigidos, como disse Lago, por empreendedores capitalistas privados que, grosso modo, podem ser divididos nos seguintes atores: o corretor, o proprietário fundiário³, o loteador, os compradores dos lotes e o Estado. São esses atores que são os responsáveis pela “produção” dos loteamentos e só através de suas lógicas e de seus comportamentos é que o processo de produção do loteamento pode ser entendido.

O latifundiário entra com o solo antes monopolizado e o loteador arca com todo o restante das responsabilidades, entre elas a aprovação e legalização do projeto junto à prefeitura, as obras básicas de melhoramento do terreno (quando são feitas) e o arruamento; aos empreendedores cabe também o contato junto ao público por meio da propaganda do loteamento, assim como todas as etapas relacionadas ao processo de compra e venda da gleba parcelada e transformada em lotes.

Como eram estabelecidos os preços dos lotes? A quais camadas de classes trabalhadoras estes se destinavam? O objetivo principal era que os lotes fossem comercializados a camadas e categorias sociais expulsas pelo processo de segregação urbana, onde as metrópoles, a partir de um movimento de depuração, excluíam as classes trabalhadoras das áreas luminosas (SANTOS, 1996). Nesse sentido, os preços dos lotes buscavam atender as possibilidades salariais dessas camadas, visando sempre, ou quase sempre se adequar as suas condições de pobreza, por meio de muitas, muitas prestações⁴.

Geralmente a venda dos lotes é realizada por meio da chamada propaganda “boca-a-boca” e os atrasos nos pagamentos das prestações são quase uma regra geral, mas dificilmente esses atrasos acarretam uma perda do lote, a insolvência muitas vezes leva a uma revenda dos lotes a terceiros.

O papel do corretor é de mediação na venda dos lotes das glebas. Geralmente esses corretores se localizam e moram na própria área a ser vendida. Os corretores lidam com os interessados em comprar os lotes de forma direta e especial, prestando um atendimento personalizado. Normalmente o corretor é um elo da própria empresa loteadora, recebendo um salário fixo e em alguns casos comissão.

A função do corretor é realizar a promoção do lote a ser vendido e ele é muitas vezes o responsável pelo marketing e divulgação do empreendimento.

A venda dos lotes é, na maioria das vezes, realizada pelo mecanismo de antecipação, um método de comercialização do lote próprio de um movimento especulativo e que é descrito por Bonduki & Rolnick (p. 122) da seguinte forma:

[...] é bastante freqüente o modo de venda do lote por partes, que consiste em vender inicialmente os lotes pior situados, para, em seguida, gradativamente e à medida em que o loteamento vai sendo ocupado, colocar à venda os demais. A simples ocupação de alguns lotes - a urgência em ocupá-los é evidente, em se tratando de moradores de baixa renda - já valoriza o loteamento. Este processo de valorização pode ser ainda mais acelerado se durante o período de vendas, que pode durar vários anos, algum equipamento de infra ou superestrutura é instalado.

Esse processo descrito acima proporciona uma valorização do loteamento, haja vista que as populações que ali venham a se localizar significam poder político e eleitoral, significam votos e, dessa forma, possuem grande poder de barganha e de pactuações políticos. As associações de moradores que se formam nos loteamentos muitas vezes agem

politicamente pressionando o poder público, trocando os benefícios conseguidos (geralmente obras de infra-estrutura) por votos. Essas melhorias conseguidas politicamente têm também sua contrapartida econômica que se materializa na valorização gradual do espaço e das moradias construídas; o custo zero inicial de aquisição do lote é elevado em direção ao custo infinito.

O Estado seria o elemento fundamental da construção inicial dos loteamentos, exercendo a função de financiar e de prover os bens de consumo coletivo.

No Brasil, o Estado encontra-se frente a um paradoxo de onde deveria e deve alocar os recursos dos impostos acumulados, ou seja, se os recursos devem ser utilizados para materializar sistemas de engenharia que facilitem a produção e a circulação de capital ou se deveria aplicar esses recursos em obras que visassem atender as imensas demandas coletivas da sociedade brasileira.

Entre as peculiaridades do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, estão as que para este se desenvolver, conserva e reproduz traços históricos arcaicos. Isso gerou nesse movimento uma cisão unitária e contraditória, produzindo o formal e o informal como características do urbano no Brasil, gerando dois modos de urbanização complementares e opostos, o oficial e o dito autônomo, que são assim descritos por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1979, p. 32):

O sistema autônomo não é independente do sistema capitalista maior que também configura o sistema oficial [...] pelo contrário, supõe-se que ele lhe seja necessário e complementar, sobrevivendo à custa de grande facilidade que apresenta em fazer e desfazer contratos informais e em solucionar problemas por relações face-a-face, compreensíveis e manipuláveis pelos pobres. Assim, a antiburocracia lhes daria a chance de terem algum poder, lhes forneceria o espaço para exercerem uma espécie de estratégia anti-hegemônica. Aliás, isso também acontece dentro dos sistemas oficiais, só que de forma mais enfraquecida e menos eficiente para a solução de conflitos individuais e coletivos do cotidiano.

Já o modo de urbanização oficial, controlado e regido pelo Estado e suas instituições financiadoras é definido por Santos como o modo da centralidade e da homogeneidade (p. 37):

O sistema oficial, mesmo quando acontece no espaço das periferias é núcleo com todos os significados que a expressão comporta. O sistema autônomo é periferia por excelência. Por esse par de opostos confrontados, por suas razões, complementaridades e incompatibilidades devem ser entendidas as cidades brasileiras hoje.

O processo de expansão territorial e geográfica das periferias na forma dos loteamentos populares se constituiu como forma de solução palpável e concreta para as populações marginalizadas, uma solução do problema de como morar, de habitar e de tirar o máximo de proveito possível do modelo urbano produzido.

Na realidade, a propagação do fenômeno põe o morador como o agente central do processo e o correlaciona com os demais atores em um jogo de custos econômicos e políticos de difícil análise que, como fora dito por Santos (1979), caminhará do zero até o infinito e, dessa forma, o futuro do loteamento dependeria de uma série de pressupostos e da ação de uma série de agentes.

Os custos sociais, econômicos e políticos seriam reunidos em duas grandes frentes: os econômico-financeiros e os políticos resultantes das pactuações realizadas pela variedade dos atores envolvidos. Os primeiros dizem respeito à gênese do loteamento, que, quando é lançado no mercado imobiliário, pela sua estrutura urbanística inexistente, apresenta um custo financeiro bem próximo do zero, visto que nada fora produzido pelo trabalho do homem, deduzindo-se que aparentemente nenhum valor fora criado ou produzido. Por esse

motivo, custo econômico baixo, é que os moradores aceitam o fato de se localizar longe do centro e distante das vantagens que este oferece.

Já o segundo tipo de custo refere-se às agressões sociais que estes moradores irão sofrer, desde a ausência de benesses urbanísticas e de meios de consumo coletivos, além da violência e da presença constante de pressões políticas ditatoriais prescritas pelo crime organizado e da violência policial representada pelos aparatos repressivos do Estado; o custo social é a separação e a exclusão, face do chamado “caos urbano”, que torna essas áreas lugares do “apartheid”, do preconceito e da exclusão espacial dos indesejáveis.

O Estado, nesse jogo de custos, age como o fiel da balança entre os empresários e os moradores. O poder público é o fio que eleva o custo econômico e baixa o custo social do loteamento. Como? Promovendo investimentos e uma melhora nos custos sociais, elevando o valor da terra e das habitações construídas. Nesse sentido, a luta empreendida por parte de moradores e empresários por infra-estrutura e por meios de consumo coletivos caracterizam uma redução do custo social, que se reduziria do infinito e se aproximaria do zero.

Feitas essas breves considerações sobre a formação e construção sócio-espacial dos loteamentos de periferia como uma forma de resposta, como uma contratendência ao modelo urbano brasileiro, resta nessa parte final desse capítulo esclarecer como os grupos sociais populares agem no sentido de obter o morar, como fazem para obter a sua casa dita própria e, nesse sentido, resta discutir o processo de autoconstrução de moradias e as suas peculiaridades.

A Autoconstrução de Moradias

O processo de autoconstrução⁵ de habitações se coloca como uma alternativa possível de se obter a casa própria pelo trabalhador assalariado frente a um modelo urbano oficial que não tinha e não tem como prioridade o atendimento de suas necessidades mais básicas. A autoconstrução é uma saída, uma fuga dos padrões oficiais de elevado custo econômico referentes ao morar.

O processo de autoconstruir é um processo realizado pelas classes trabalhadoras nos seus finais de semana de folga, com a ajuda de parentes e amigos e é baseado em um processo de cooperação entre diferentes sujeitos sociais. É sustentado por uma troca de favores e nos laços familiares e quase totalmente afastado, na maioria dos casos, das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho necessária ao erguimento da casa.

Kowarick (1979: 57) nos diz que o processo de autoconstrução de moradias não deve ser compreendido como uma forma de poupança e sim como uma forma de subsistir pelo trabalhador e a sua família, onde um dos elementos fundamentais de reprodução biológica da força de trabalho, a moradia autoconstruída, passa a existir como um elemento que força para baixo o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo que um grande excedente de sobretrabalho ou mais valor venha a ser expropriado, através de uma redução crescente nos níveis salariais.

A autoconstrução de moradias é uma saída deflagrada pelas classes trabalhadoras pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a conseqüente exclusão sócio-espacial dos pobres como objetivo e como conseqüência do movimento que visa rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho a níveis ínfimos e, assim, elevar as taxas de acumulação do capital. No dizer de Kowarick (1979: 61) a autoconstrução seria uma operação

[...] realizada através do trabalho adicional e gratuito, que freqüentemente perdura por anos, a confecção da casa própria só pode levar à redução de outros itens vitais da cesta do consumo, inclusive à diminuição do padrão alimentar que, para muitas famílias, passa a se situar abaixo dos níveis mínimos de sobrevivência.

A autoconstrução, assim, de acordo com Kowarick (p. 62), é um processo vital para a reprodução da força de trabalho abaixo dos níveis de subsistência e que aprofunda ainda mais os níveis de espoliação urbana aos quais as classes trabalhadoras estão submetidas. Esse processo resulta “em uma moradia que, além de ser desprovida de infra-estrutura básica e de se situar em áreas distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixos de habitabilidade (...)”.

De modo que (p. 62)

[...] a casa se deteriora rapidamente, pois é feita por trabalhadores não especializados, que utilizam técnicas produtivas e ferramentas rudimentares, onde a divisão do trabalho é praticamente inexistente e sua construção é efetuada aos poucos e sem seqüência programada [...] a casa por ser produzida com materiais de qualidade inferior, exige constantes reparos, implicando por parte das famílias um esforço de restauração permanente.

Um aspecto interessante do processo de autoconstrução de moradias é a forma parcelizada na qual a habitação se desenvolve. Isto acontece devido à precariedade dos recursos econômicos dos quais o trabalhador e sua família dispõe, divididos entre o pagamento do lote e a compra de materiais de construção a prestações mensais. O capital necessário muitas vezes é proveniente do FGTS ou do 13º salário e também das carências forçadas que a família trabalhadora tem de se submeter.

Os materiais de construção são geralmente comprados em lojas próximas dos lotes, por meio do pagamento parcelado, o chamado crediário, e quase sempre esses materiais são de qualidade duvidosa. Outro aspecto acompanhado por nós de perto em nossos trabalhos de campo no loteamento pesquisado é a qualidade insalubre e as condições ambientais péssimas que estas habitações construídas dessa forma apresentam. O espaço produzido é dividido entre várias pessoas que ocupam o mesmo cômodo e se amontoam em um viver cotidiano congestionado e impreciso.

No processo de produção da casa própria o trabalhador se vê em um crescente endividamento que só pode vir a ser equacionado através de uma extensão além dos limites do suportável de sua jornada de trabalho.

Nesse sentido, as lógicas que possibilitam a construção da moradia por parte das classes trabalhadoras consistem basicamente em uma extensão da jornada de trabalho e em um “aperto de cintos” nas demandas cotidianas. É esse “aperto de cintos” que permite a construção da habitação, conforme dito, feita por etapas, onde o passo inicial é a aquisição do terreno, para a partir daí partir para a construção do “barraco” ou da “meia água”, como chamam os moradores, de no máximo três cômodos, no qual a família apressadamente começa a residir, no intuito de se livrar do aluguel, de modo que a paisagem que se constrói é uma paisagem parcelada e sempre inacabada. O ato de autoconstruir moradias é um processo longo, que se desenvolve e se estende por vários anos e até décadas, dependendo da possibilidade ou não de acesso ao capital necessário para o prosseguimento da obra.

Os recursos para tal ação são conseguidos de diversas formas e com várias estratégias. Uma dessas estratégias empreendidas pelos trabalhadores é a extensão da jornada de trabalho por meio das chamadas horas extras e também com as atividades realizadas por meio de biscates.

O FGTS e a sua captação por parte dos trabalhadores aparece também como uma estratégia monetária utilizada, de modo que muitos trabalhadores empenhados no processo de autoconstrução de suas moradias se esforçam, muitas vezes, para serem demitidos para terem acesso ao dinheiro do fundo. Nesse caminho faltam ao trabalho, utilizam atestados médicos etc. Conforme podemos ver as estratégias são muitas e a necessidade de sobrevivência as impõe como norma.

Esses são basicamente os meios econômicos aos quais os trabalhadores podem vir a ter acesso para realizar, talvez, a construção de sua moradia.

No caso da mão-de-obra e a questão da obtenção da força de trabalho necessária ao erguimento da moradia, Beozzo de Lima (1980:85) enumera três formas diferentes e que se combinam para dar propulsão a sua construção, e que são, grosso modo:

- a. Contar com a ajuda da esposa e dos filhos;
- b. Pagar a mão-de-obra,
- c. Contar com a ajuda de amigos e parentes. Assim

[...] sem dúvida recai sobre o próprio autoconstrutor e sua família a maior parte do trabalho empregado na construção de sua casa. Entretanto é relativamente pequena a proporção de trabalhadores que iniciaram e prosseguem a edificação de suas casas contando exclusivamente com seu próprio trabalho e o da esposa e filhos.

No caso do estudo realizado pela autora supracitada (p. 56), apenas 10% dos moradores estavam construindo sua casa da forma citada e,

De maneira geral, nesses casos o trabalho é também executado à noite, além dos fins de semana e feriados, causando ao grupo familiar um grande desgaste físico e resultando, mesmo assim, num processo relativamente mais lento. Não obstante, essa é a única solução viável para aqueles cujo dinheiro não é suficiente para pagar a mão-de-obra nem para cobrir os gastos com comida e a bebida que devem ser oferecidas aos que ajudam com seu trabalho a construção de uma casa.

O pagamento da mão-de-obra não é um fato corrente, devido ao baixo rendimento de que dispõe a família e revela um desconhecimento de técnicas especializadas que porventura venham a ser utilizadas na obra.

A ajuda de amigos e parentes é um fato um pouco mais corrente, inclusive na história do loteamento que agora estamos estudando. No caso em questão a construção de moradias com a ajuda de amigos e parentes foi uma prática que gerou uma variedade de redes de solidariedade que se organizam e se constroem a partir do cotidiano e das amizades estabelecidas através dos processos criados pelas carências comuns compartilhadas no dia-a-dia.

Considerações Finais

O processo de autoconstrução de moradias é um processo que se constitui perante o modelo de urbanização brasileiro, como uma saída, como uma forma de “usufruir” da cidade. É necessário que para isso o trabalhador e sua família se privem e se organizem, estendendo sua jornada de trabalho e aumentando suas carências e escassez cotidiana para, a partir daí, conseguirem seu objetivo: uma casa “própria” em alguma periferia metropolitana.

No loteamento em questão, esse processo de autoconstrução de moradia resultou em uma paisagem permanentemente inacabada, resultado de um gigantesco descompasso entre a renda do trabalhador e o seu objetivo. As casas geralmente são de alvenaria, com dois ou três cômodos, onde o trabalhador e sua família vivem ou tentam sobreviver. O retrato de nossa observação revela a escassez e a falta de infra-estrutura, mas também revela um

palco de resistência e de luta, de solidariedade, ainda que não desinteressada, de superação das necessidades de cada dia. São os próprios corpos em coabitação que ditam a política de cada dia e esta se faz e refaz-se no próprio cotidiano das pessoas que nos loteamentos vivem.

Notas de Referência

1- De acordo com Milton Santos em seu livro *A Urbanização Brasileira*, as periferias são fruto direto do modelo rodoviário urbano implantado no Brasil. Diferentemente dos subúrbios, as periferias surgem a partir da propagação das rodovias e não das ferrovias; essas rodovias provocaram um crescimento disperso das cidades, que ajudou a criar uma escassez mercantil de terras e, por conseguinte gerou especulação e “déficits” de residências e periferização.

“Em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um pólo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. Esta depende essencialmente da existência de vias de transporte e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso a bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo e também, afirma, a uma situação periférica” (SANTOS, Milton, 1979: 229).

2-“Em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um pólo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. Esta depende essencialmente da existência de vias de transporte e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso a bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo e também, afirma, a uma situação periférica” (SANTOS, Milton, 1979: 229).

3- Em variadas circunstâncias o proprietário fundiário pode ele mesmo se transformar no agente empreendedor no processo de produção e comercialização do loteamento, o que, contudo, não é o caso estudado nessa pesquisa.

4- “Na determinação dos preços dos lotes, o mais importante é a fixação de uma prestação compatível com disponibilidade de pagamento do trabalhador de baixa renda, cujo cálculo já leva em conta que este fará sacrifícios para pagar o lote, considerando a importância que atribui à casa própria. O morador não está prioritariamente preocupado com o preço total do lote, nem com o número de prestações, mas sim o quanto irá despendar por mês. Assim, o loteador fixa a prestação como uma porcentagem do salário mínimo e, na medida em que o preço total do lote é estabelecido no ato da venda e não sofre reajustes, o período de pagamentos das prestações não é pré-fixado, situando-se, em geral, entre cinco e dez anos. Quanto ao valor da entrada não há regra geral, dependendo principalmente do investimento aplicado pelo loteador” (Bonduki & Rolnick, 1982, p. 121).

5- Pelo que pesquisamos sobre o assunto, verificamos que o processo de autoconstrução é um processo muito antigo, que perpassa diversos modos de produção e diversas escalas espaciais, realizando-se também em áreas rurais.

Referências

BEOZZO DE LIMA, Maria Helena. **Em Busca da Casa Própria: A Autoconstrução na Periferia do Rio de Janeiro**. In: MARICATO, Ermínia. **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, pp. 70-91.

BONDUKI, Nabil & RONICK, Raquel. **Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do Espaço como Expediente de Reprodução da Força de Trabalho**. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial**. São Paulo, Alfa e Omega, 1982, pp.117-154.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 1979, 297 p.

LAGO, Luciana Corrêa. **Favela-loteamento: Re-conceituando os Termos da Ilegalidade Urbana**. In: **Anais do X Encontro Nacional da ANPUR**, 2003, pp. 1-11.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Documentos, 1969, 189 p.

Guimarães, L. da S.

SANTOS, Carlos Nelson. Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiro. In: SANTOS, Carlos Nelson e VALLADARES, Lúcia (Orgs.) **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp. 17-47.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido, os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Desenvolvidos**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1979, 317 p.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994, 157 p.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 p.